

TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS

TRADUÇÃO DE INSTRUMENTOS E SUA UTILIZAÇÃO EM OUTRAS CULTURAS

Devido à tendência crescente do desenvolvimento de pesquisas multicêntricas estabeleceu-se a necessidade de serem elaboradas medidas específicas para a utilização dos referidos instrumentos em outros idiomas que não o de sua origem tanto para utilização dos mesmos em outros países, quanto para utilização com populações de imigrantes, uma vez que em ambas as situações diferenças culturais importantes podem estar presentes (GUILLEMIN, 1993, 1995a, 1995b).

Segundo Ciconelli (1997) há duas maneiras de se fazer isto:

- a) a primeira refere-se ao desenvolvimento de uma nova medida, ou seja, criando-se um novo instrumento onde conceitos deverão ser adequados, itens selecionados e confiabilidade, validade e sensibilidades devidamente testadas;
- b) a segunda diz respeito a adaptação de um instrumento previamente validado em outro idioma com base num processo de adaptação cultural onde o mesmo não será simplesmente traduzido para o idioma no qual se preten-

de utilizá-lo mas sim, submetido a uma rigorosa avaliação de sua tradução e adaptação transcultural bem como a avaliação de suas propriedades de medida após a tradução.

Guillemin et.al (1993) propuseram um conjunto de instruções padronizadas para adaptação transcultural de instrumentos de qualidade de vida após uma revisão sistemática da literatura sobre o assunto no período compreendido entre 1966 a 1992. Embora dirigida a um assunto específico, tais proposições vêm sendo utilizadas para adaptações transculturais de diferentes instrumentos por englobarem os diversos aspectos relacionados a estas questões. Os autores diferenciam adaptação de comparação transcultural. A adaptação destina-se a medir um fenômeno similar em diferentes culturas e é essencialmente a produção de um instrumento equivalente e adaptado para outra cultura. A comparação transcultural refere-se ao estudo comparativo de um fenômeno por meio de culturas a fim de identificar diferenças atribuídas às culturas. Isto só é possível após a adaptação adequada do instrumento bem como a análise de sua equivalência em ambas as culturas. Assim, concluem os autores, a adaptação transcultural é um pré-requisito para pesquisas de diferenças transculturais.

Os pontos fundamentais a serem observados relacionados a este processo visando a preservação da sensibilidade do instrumento relacionado à cultura a que se destina, podem ser resumidas nas etapas descritas a seguir.

Tradução e adaptação transcultural

Tradução

Compreende a fase de versão de uma língua para outra. Esta terá melhor qualidade se for desenvolvida por dois tradutores independentemente e qualificados. Isto permite a detecção de erros decorrentes de interpretações divergentes de termos ambíguos no idioma original. A qualidade aumentará à medida que alguns aspectos forem acrescentados à tradução tais como:

- a) a tradução ser realizada por uma equipe e não por indivíduos (evitando peculiaridades pessoais);
- b) os tradutores serem originários do país onde o instrumento foi desenvolvido e portanto, dominarem o idioma do ponto de vista semântico, idiomático, cultural e conceitual;

- c) os tradutores serem preferencialmente cômicos dos objetivos básicos do material a ser traduzido e dos conceitos envolvidos de forma a desenvolverem uma versão mais apropriada do instrumento original.

Retrotradução (back-translation)

Esta etapa corresponde à versão do instrumento traduzido para o idioma de origem com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade da versão final. Cada tradução deve ser reversamente traduzida de forma independente para permitir a detecção de equívocos na tradução. Para assegurar a qualidade da tradução reversa, os tradutores selecionados devem ter fluência em ambos os idiomas e em suas formas coloquiais e, ao contrário dos tradutores responsáveis pela primeira tradução, não devem ter conhecimento prévio das intenções do instrumento original impedindo assim a ocorrência de vieses desnecessários.

Revisão por um comitê de juizes

A constituição de um comitê para revisar as traduções (original e reversa) do instrumento em questão tem por objetivo a produção de uma versão final, modificada e adaptada de forma a garantir sua replicabilidade no idioma em que se pretende utilizá-lo. Os integrantes do comitê devem:

- ser preferencialmente bilíngües;
- ser especialistas na área a que se refere o instrumento em questão;
- representar diferentes áreas de conhecimento (multidisciplinar);
- ter conhecimento do que o instrumento se propõe a mensurar bem como dos conceitos envolvidos.

Ao comitê é permitido sugerir a replicação de instruções de preenchimento do instrumento de forma a minimizar erros de compreensão mesmo que estas sejam redundantes. Da mesma forma, podem sugerir a modificação ou eliminação de itens considerados irrelevantes, inadequados e/ou ambíguos e sugerir outros mais adequados culturalmente e assim compreensíveis para a maioria da população. O comitê pode ainda solicitar quantas versões considerar necessárias para adequação da versão final.

As traduções que intencionam representar **equivalência conceitual** devem ainda considerar os seguintes aspectos:

- a) **equivalência semântica:** representa a equivalência no significado das palavras envolvendo vocabulário e gramática. Muitas palavras não possuem tradução adequada em outros idiomas ou sua tradução pode ter diferentes significados conforme o contexto no qual está sendo empregada;
- b) **equivalência idiomática:** refere-se à equivalência de expressões idiomáticas e coloquiais pois em muitas circunstâncias a simples tradução da expressão original pode ocasionar uma total perda de significado da mesma no outro idioma; nestes casos, expressões equivalentes devem ser encontradas para substituir as originais de forma a preservar o significado previsto no idioma original;
- c) **equivalência experimental ou cultural:** refere-se à equivalência transcultural das experiências vivenciadas pela população alvo ou seja, alguns itens do instrumento original poderão ser modificados ou descartados com a intenção de manter a coerência das situações evocadas ou retratadas no contexto ao qual se destina;
- d) **equivalência conceitual:** refere-se a manutenção do conceito proposto no instrumento original ou seja, muitas palavras ou expressões podem ter equivalência semântica em outros idiomas, no entanto podem não preservar a mesma equivalência conceitual.

Pré-Teste

É a etapa do processo de tradução que busca avaliar a equivalência das versões original e final. Há duas técnicas comumente utilizadas:

- a) **técnica de prova** busca verificar a compreensão do instrumento pela população alvo. Isto pode ser feito perguntando-se aos clientes, após cada questão ou item, o que ele compreendeu do mesmo e encorajando-o a verbalizar suas dúvidas chegando ao final a significados equivalentes aos propostos;
- b) **avaliação das versões original e final por leigos bilíngües** onde eles responderiam às duas versões e posteriormente são verificadas as possíveis discrepâncias. Pode também auxiliar na detecção de alguma inadequação da versão final com o contexto cultural a que se destina.

Ambas as formas permitem avaliar a denominada *validade aparente* ou de *face* do instrumento em questão.

AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE MEDIDA DE UM INSTRUMENTO APÓS SUA TRADUÇÃO

Segundo Guillemín (1993), embora existam controvérsias, as propriedades de medida de um instrumento adaptado devem ser verificadas. Esta controvérsia, continua o autor, decorre de duas correntes de pensamento: de um lado acredita-se que uma equivalência transcultural adequada e completamente realizada traz consigo as propriedades de medida do instrumento original porém, de outro lado defende-se a ideia que decorrente do processo de adaptação, um instrumento modificado possui propriedades de medida desconhecidas na cultura para a qual foi adaptado. Por partilharmos desta segunda afirmação, buscamos verificar os procedimentos a serem realizados para determinar a acurácia¹ da medida do instrumento após o processo de tradução.

Fidedignidade de um instrumento de medida

Fidedignidade de um instrumento, segundo Pasquali (1997) relaciona-se à capacidade do mesmo em “medir sem erros” ou seja, é a capacidade que um teste, medindo os mesmos sujeitos em ocasiões diferentes, ou testes equivalentes medindo os mesmos sujeitos na mesma ocasião, produzam resultados idênticos o que, em termos numéricos, significa que a correlação entre as duas medidas deve ser igual a 1. Considerando que o erro está sempre presente em qualquer medida, quanto mais afastado de 1 for o resultado obtido, maior o erro cometido na utilização do teste. O resultado, portanto, será sempre um coeficiente.

À fidedignidade também são dados alguns sinônimos como precisão e confiabilidade. Associam-se a este parâmetro também, denominações relacionadas ao tipo de técnica utilizada na coleta empírica da informação ou da técnica estatística utilizada para análise dos dados tais como estabilidade, constância, equivalência e consistência interna (PASQUALI, 1997).

Já, segundo McDowell e Newel (1996) fidedignidade (confiabilidade, consistência ou repetibilidade) refere-se a quão consistente, exato e estável, é um instrumento ao longo do tempo, dos pacientes ou observadores. Tradicionalmente a teoria da confiabilidade determina que qualquer medida é obtida pela

¹ Acurácia refere-se à exatidão de uma medida obtida através de um instrumento.

combinação de dois componentes: um *escore básico* que representa aquilo que está se tentando estabelecer e algum nível de erro que está relacionado à imprecisão da medida. Assim, fidedignidade pode ser definida como a extensão para a qual um escore está livre de erros fortuitos desde que mantidas as condições do observado ou mais apropriadamente, como a proporção de variação observada num escore (entre pacientes ou entre medidas repetidas) representa a variação atual daquilo que está sendo mensurado.

A fidedignidade pode ser verificada de quatro maneiras:

Teste – Reteste

É a medida da estabilidade ou repetibilidade de um instrumento ao longo do tempo e da ausência de modificações nos procedimentos de avaliação, na conduta ou status psicológico dos indivíduos avaliados. Pode ser avaliada em termos de concordância entre uma medida aplicada a uma amostra de pessoas e repetida posteriormente (geralmente uma ou duas semanas depois). Assumindo que a condição que está sendo mensurada não sofreu modificações, qualquer alteração verificada nos escores pode ser atribuída a uma diferença equivocada. Conseqüentemente o nível de concordância é utilizado como o indicador de fidedignidade ou confiabilidade.

Esta é a forma mais utilizada para se verificar a estabilidade ou constância de um instrumento. Este coeficiente é obtido aplicando-se o instrumento em análise duas ou três vezes, no mesmo grupo de indivíduos, com um intervalo de tempo pré-determinado. Os resultados obtidos são correlacionados e, se forem observadas modificações nos escores, desde que pequenas, o instrumento é considerado estável.

Há três tipos de dificuldades relacionadas ao teste-reteste (PASQUALI, 1997):

- 1) os indivíduos submetidos ao instrumento lembram-se das respostas dadas anteriormente e as repetem (relacionam-se a intervalos curtos entre os testes);
- 2) os indivíduos em questão podem não estar dispostos a repetir o teste (instrumentos muito longos);
- 3) durante o intervalo entre o teste e o reteste, podem ocorrer intercorrências pessoais ou ambientais que, afetando os indivíduos em questão, poderão interferir na resposta da segunda aplicação (geralmente associado a intervalos longos).

Formas alternativas

Este tipo de verificação da fidedignidade de um instrumento é demonstrado pela obtenção de resultados idênticos ou muito similares obtidos por meio da utilização de formas paralelas de um instrumento ou seja, por sua equivalência. Se a correlação entre eles demonstrar pouca ou nenhuma concordância, a confiabilidade do instrumento é limitada.

Em termos estatísticos o coeficiente de correlação nesta forma de avaliação devem aproximar-se de 1 para se afirmar que o teste é preciso (não basta que seja estatisticamente significante) pois, no conceito de testes paralelos, por definição, as médias e variâncias devem ser iguais ou seja, descontados os erros de medida, os resultados dos dois testes devem ser idênticos (correlação próxima de 1).

A vantagem é que se utiliza uma amostra aleatória de indivíduos, duas formas paralelas de instrumentos numa única ocasião. A desvantagem reside na dificuldade em se conseguir instrumentos perfeitamente paralelos que sejam capazes de medir a mesma coisa utilizando itens diferentes¹²¹.

Consistência Interna

Segundo McDowell e Newel(1996) a noção de repetibilidade é uma questão central na verificação da fidedignidade de um instrumento, porém, repetidas avaliações correm o risco de se depararem com a ocorrência de impressões falsamente negativas decorrentes de (corretas) identificações de alterações entre as administrações do mesmo tornando-o menos confiável. Para reduzir este risco, deve-se diminuir o intervalo de tempo entre as aplicações do instrumento em questão. No entanto, a medida pode ficar seriamente comprometida em decorrência da memória dos indivíduos que, ao se recordarem de suas respostas quando da primeira aplicação, poderiam repeti-las e desta forma comprometer a independência das mensurações. Isto poderia ser minimizado com a utilização simultânea de instrumentos paralelos, já descritos, porém muito difíceis de serem construídos mantendo a homogeneidade necessária e os resultados devidos. Frente a estas questões busca-se um instrumento capaz de reproduzir a resposta que se procura sendo, no entanto, aplicado uma única vez a uma amostra significativa de indivíduos. Esta descrição nos aproxima da compreensão de consistência interna que nada mais é do que verificar a correlação dos itens de um instrumento entre si e com o total esperando-se que eles apresentem congruência uns com os outros uma vez que medem o mesmo fenômeno. Estatisticamente, isto pode ser verificado pela utilização, dentre outros, do coeficiente alfa de Cronbach capaz de refletir o grau de co-

variância dos itens entre si e assim servindo como indicador de consistência interna do teste em estudo. Quanto maior o índice de alfa, maior a variância do conjunto de itens e menor a variância específica de cada item, o que determina a congruência entre os itens de um mesmo teste (consistência interna). Assim, segundo Pasquali (1997), a fórmula de Cronbach demonstra que, se todos os itens variarem da mesma forma, ou seja, se não houver variância entre os itens individualmente, alfa será igual a 1 o que significa que todos os itens do instrumento em questão são totalmente homogêneos, produzindo exatamente a mesma variância. Como isto é pouco provável; alfa demonstrará a congruência ou covariação dos itens no instrumento que está sendo analisado. Este coeficiente varia de 0 a 1 onde 0 é a ausência total de congruência ou consistência interna e 1 a presença de 100% de consistência.

Confiabilidade Inter Juízes

O quarto e último modo de verificação da confiabilidade de um instrumento de avaliação diz respeito a utilização de padrões ou juízes. Um instrumento é confiável se dois ou mais juízes utilizando o instrumento de forma independente concordam sobre seus achados. Discrepâncias entre as médias obtidas comprometem a confiabilidade do instrumento (PASQUALI, 1997).

Validade de um instrumento

A validade de um instrumento traduzido e adaptado é a segunda característica relacionada às propriedades de medida, a ser analisada. De um modo geral pode ser definida como a capacidade de um instrumento medir aquilo a que se propôs. Para ser válido, um instrumento necessita ser razoavelmente acurado (exato) sendo assim, há uma relação entre confiabilidade e validade. A confiabilidade é necessária para a validade, mas não é, por si só, suficiente para estabelecer a validade. Este é, segundo Pasquali (1997), um parâmetro da medida discutido basicamente no contexto das ciências sociais e do comportamento e refere-se ao aspecto da medida ser congruente com a propriedade medida e não com a exatidão com que a mensuração, que descreve esta propriedade, é feita. Assim, a validade diz respeito à demonstração da adequação (legitimidade) do instrumento com o que ele diz medir.

Assim como a fidedignidade, há várias maneiras de se verificar a validade de um instrumento. Algumas delas estão descritas a seguir:

Validade de Face

É uma avaliação subjetiva que verifica a evidência superficial da integridade da medida que o instrumento se propõe a mensurar. É uma avaliação informativa da validade aparente por aqueles que utilizarão o instrumento em questão. Não deve ser utilizada como um critério isolado para julgar a validade de um instrumento pois a ela não são conferidas propriedades psicométricas.

Validade de Conteúdo

A partir deste procedimento é possível assegurar que os itens de um instrumento representam e cobrem adequadamente aquilo que se pretende mensurar permitindo ainda que algum escore possa representar tal medida.

Segundo Pasquali (1997) um instrumento possui validade de conteúdo se ele constituir uma amostra representativa de um universo finito de comportamentos (domínio), ou seja, é a determinação da capacidade dos itens de representar adequadamente as dimensões do conteúdo a que se destina. Para Kimura (1999), a determinação da validade de conteúdo pode ser obtida submetendo o instrumento à avaliação de juízes que verificarão a relevância de cada item para o domínio e julgarão se eles representam o conteúdo do domínio em questão.

Validade de Critério

Consiste na descrição da relação empírica entre uma medida e algum tipo de critério confiável denominado “padrão ouro” (*gold standart*) ou qualquer tipo de indicador que determine uma situação como verdadeira. É, portanto, o grau de eficácia de um teste em predizer um desempenho específico de um sujeito (PASQUALI, 1997). Pode ser utilizada para verificar o instrumento como um todo ou cada item separadamente. Vários testes estatísticos podem ser utilizados para analisar a validade de critério. A forma mais simples consiste em verificar a correlação, baseada num indicador de concordância, entre o novo instrumento e o já estabelecido como “padrão”. McDowell e Newel (1996) subdividem a validade de critério em concorrente e preditiva dependendo se o fenômeno em questão diz respeito ao presente ou ao futuro. A **validade concorrente** relaciona-se com a aplicação de dois instrumentos equivalentes, ao mesmo tempo, na mesma amostra de indivíduos e posterior análise dos escores obtidos ou da comparação do escore obtido pelo instrumento com a avaliação de especialistas na área².

² A realização deste tipo de validação só faz sentido se e existirem testes comprovadamente válidos que possam servir de critério para comparação com o que se pretende validar e se o atual, trazer algum tipo de vantagem sobre o antigo (p.ex. economia de tempo) (PASQUALI, 1997).

A **validade preditiva** refere-se à acurácia de um instrumento em prever um evento futuro, geralmente é utilizada em estudos prospectivos onde o instrumento em questão, aplicado no início do estudo, tem seus resultados posteriormente comparados com as respostas dos indivíduos da amostra³.

Validade Discriminante

Segundo McDowell e Newel (1996) , é a extensão na qual os escores obtidos pela aplicação do instrumento distinguem indivíduos ou grupos onde seria esperada a diferença (p.ex. pessoas saudáveis e doentes). Este tipo de validação é importante, pois na aplicação de instrumentos dois tipos de erros são frequentes:

- 1) o teste pode resultar em um “falso positivo”, ou seja, identificar o fenômeno em questão em indivíduos que não o possuem;
- 2) o teste pode resultar em um “falso negativo”, ou seja, é incapaz de identificar o fenômeno em quem de fato o apresenta.

Aqui estão associados dois outros conceitos, **sensibilidade** e **especificidade** do instrumento. Por sensibilidade entende-se a capacidade do instrumento em identificar o fenômeno estudado em indivíduos que corretamente o apresentam, enquanto a especificidade diz respeito à capacidade do instrumento em determinar os indivíduos que não apresentam o fenômeno em questão especificamente. A especificidade é, portanto, diretamente relacionada à capacidade do instrumento em salientar o fenômeno em estudo, dentro de uma população e assim fazer a distinção entre os indivíduos que o apresentam ou não. A análise destes fatores relaciona-se diretamente ao ponto de corte dos escores que diferenciam entre a presença ou não do fenômeno.

Validade de Constructo

É a maneira direta de verificar a hipótese da legitimidade da representação dos traços latentes, porém, de realização ainda muito polêmica. É também denominada **validade de conceito**, estabelecida por meio de estudo hipotético-dedutivo do instrumento. Reflete a tentativa de integrar o desempenho de um

³ São raramente utilizados, pois demandam grande investimento e apresentam algumas dificuldades metodológicas tais como a “contaminação” da amostra por interferência no resultado final (por “tratamento” do indivíduo) a partir da detecção, quando da aplicação do instrumento, de indivíduos de “alto risco”.

instrumento com uma estrutura teórica composta de outros constructos psicológicos (McDOWELL e NEWEL,1996; PASQUALI, 1997).

A validade de constructo inicia com uma definição conceitual do tópico ou constructo a ser mensurado, indicando a estrutura interna de seus componentes e o relacionamento teórico dos escores da escala por critério externo. Estatisticamente a validade de constructo de um instrumento pode ser verificada através da evidência correlacional ou da análise fatorial.

Segundo McDowell e Newel (1996) a validade de constructo não pode ser definitivamente comprovada mas ela é um contínuo processo de compreensão do constructo apresentado onde, por meio de diferentes testes, novas predições poderão ser feitas e deverão ser testadas.

TÉCNICA DELFOS

A técnica Delfos, do latim *Delphi*, tem sua denominação oriunda da mitologia grega, relacionando-se ao nome do templo de Apolo, personagem que tinha o poder de transferir desejos dos deuses e visões do futuro aos mortais. É, dessa maneira, uma técnica preditiva.

Como técnica, foi criada por Olav Helmer e Dalkey, o primeiro matemático e o segundo filósofo, ambos ingleses, baseando-se na intuição de grupos para ampliar projeções individuais. Posteriormente foi utilizada para prever acontecimentos de uma vasta gama de setores, implementando alternativas de ação pela obtenção de consenso (Spínola 1984; Faro 1997).

Atualmente possui uso generalizado no campo das Ciências Sociais, sendo largamente utilizada para se alcançarem decisões grupais.

O conceito de Delfos pode ainda ser entendido como um método de coleta de dados quantitativos, realizado por meio de uma sucessão de questionários. Sua utilização é indicada quando há falta de acordo ou conhecimento incipiente de uma situação (Williams e Webb 1994; Spínola 1984; Faro 1997).

Quanto à terminologia, “método” ou “técnica”, diz Spínola:

“as regras seguidas nas investigações científicas habitualmente denominam-se método, sendo os instrumentos utilizados para a sua operacionalização a técnica empregada. Desta forma, método é o seguimento de um caminho, conforme um plano prefixado. Já a técnica diz respeito aos diversos procedimentos ou a utilização de recursos, dentro das diversas etapas do método. Seria, por conseguinte, a instrumentação da ação dentro de um contexto geral” (Spínola 1984, p.68).

Por comungarmos dessa opinião, utilizamos nesta pesquisa o conceito de técnica e a forma portuguesa do nome originário em latim, ou seja, “técnica Delfos”.

Tal técnica consiste na cooperação de um grupo de especialistas que respondem a uma série de questionários, enviados pelo correio ou por meio eletrônico, até que se obtenha um consenso. Quando do envio do primeiro instrumento, remete-se também aos juízes selecionados uma carta explicitando a técnica, o instrumento que será julgado e a lista de participantes (Spínola 1984; Faro 1997; Polit 1987).

Para a análise dos resultados, um método bastante utilizado é a escala do tipo Likert³. O consenso é obtido pelo valor médio dos itens do instrumento, sendo apontado pela literatura o índice de 70% de opiniões convergentes como o aceitável para se ter um instrumento validado por esta técnica (Williams e Webb 1994; Morgani 2003; Faro 1995; Ávila e Santos 1988).

Além da obtenção do consenso, como acima descrito, é importante que o pesquisador esteja atento aos fatores que podem influenciar sua validade tanto interna quanto externa.

Quanto à validade interna, faz-se necessária a observância do rigor na seleção dos especialistas, para que se evite um viés pertinente a esse tipo de validação. Quanto a esse aspecto, Spínola afirma que:

“a técnica Delfos para a obtenção de consenso tem se mostrado bastante adequada e aceita como estratégia de validação de instrumentos, em função do grau dos especialistas selecionados, sendo dessa maneira um recurso útil para saúde pública” (Spínola 2002, p. 2).

Recomenda-se ainda, quanto à validade interna, a observância de fatores não controlados que podem interferir nos resultados, como, por exemplo, as reações poderem predispor os informantes a se desinteressarem pela pesquisa, fazendo com que se conte apenas com os mais interessados. Spínola (2002) e Polit (1987) recomendam entre duas a quatro aplicações para que o processo não se torne desgastante predispondo a esse tipo de viés.

No que diz respeito à validade externa, deve-se ter o cuidado de observar se o dado encontrado pode ser generalizado ou, se é válido apenas para os participantes do estudo (Polit 1987; Spínola 1984).

APLICAÇÕES DA TÉCNICA DELFOS

No campo das ciências sociais, da saúde pública e também na área da educação, a técnica Delfos tem sido utilizada tanto para que se verifique a opinião consensual de um dado grupo, como para que, a partir desses achados, valide-se um instrumento.

Para avaliar questões relativas a aspectos educacionais, Spivey (1971), Matthews e cols. (1975), Lawrence e cols. (1983) e Beech (1991) empregaram a técnica Delfos prevendo a validação de conteúdos e planos curriculares para área da enfermagem.

No âmbito das ciências sociais, Ávila e Santos (1988) a utilizaram para avaliar as políticas para o setor público. Segundo os autores, a técnica Delfos, por combinar métodos quantitativos e qualitativos, pode ser um recurso bastante útil nesse tipo de pesquisas.

Quanto ao emprego da técnica Delfos na área da saúde, Faro (1995) a utilizou para validar as intervenções de enfermagem destinadas aos pacientes com lesão medular em reabilitação. Essa pesquisa ocorreu em uma instituição governamental na cidade de São Paulo, que desenvolvia programas de reabilitação para portadores de deficiência física sensorial incapacitante. Foram aplicados três questionários a um grupo de juízes, todos da área da enfermagem, tendo sido obtida opinião claramente convergente na segunda fase de coleta de informações (Faro 1995).

Morgani (2003) validou, por meio da técnica Delfos, um instrumento denominado CICAs – Classificação de Idosos quanto à Capacidade para o Autocuidado, com o objetivo de avaliar a capacidade do idoso para realizar tais atividades. O estudo contou com um grupo de juízes da área da terapia ocupacional que, ao final da terceira aplicação, expressou uma opinião convergente quanto ao instrumento. Além de realizar a validação consensual, Morgani efetuou também o estudo da confiabilidade do CICAs (Morgani 2003).

TÉCNICA DELFOS: VANTAGENS E DESVANTAGENS

Como toda técnica, esta também possui vantagens e desvantagens. Como vantagens podemos destacar:

- o fato de essa técnica dispensar entrevistador para a coleta de dados, favorecendo a expressão de opinião, uma vez que muitas pessoas preferem manter o anonimato, ao emitir opiniões;
- a escolha do momento mais adequado ao respondente para a expressão de opinião, em função da sua disponibilidade de tempo, podendo propiciar uma opinião mais elaborada;
- o nível de recusa em participar do estudo não ser elevado, mostrando o interesse dos juízes.

- Já quanto às desvantagens, estas podem ser assim descritas:
- a possibilidade de extravio ou recebimento incompleto do material, pela utilização do correio postal ou e-mail para o envio dos questionários;
- o desinteresse dos juízes na continuidade da pesquisa, caso ocorram muitas reaplicações.

Para se evitar essas desvantagens, a motivação do informante é muito importante. Procura-se obtê-la com o envio de carta convite, explicando o motivo e a importância da participação do escolhido na pesquisa, e também remetendo envelope já selado para as respostas, facilitando o envio por parte do juiz (Spínola 2002, 1984; Faro 1997; Polit 1987).